

AS ORIGENS DO MAL EM AGOSTINHO

Les Origines du mal chez Augustin

Siloe Cristina do Nascimento Erculino
UNIFESP

Resumo: Valendo-se de *O Livre Arbítrio* e *As Confissões* como principais referências, este estudo visa analisar a problematização que Agostinho faz do Mal, vez que o Bispo de Hipona refletiu sobre a possibilidade de conciliar o pilar cristão de infinita bondade divina com a existência do mal no real. Neste artigo separamos duas fases dessa reflexão. A primeira busca resolver o problema do mal como existente no universo físico, desenvolvendo para tanto uma ontologia que culmina na impossibilidade da existência do mal como substância: o Mal é privação do Bem. Já que o Mal não é substância, mas sim privação do Bem, não existe o mal natural: o mal genuíno é resultado da ação humana. Na segunda fase, o debate se dirige para o sujeito e o livre-arbítrio, ou seja, o âmbito moral. É preciso explicar por quais razões Deus nos deu o livre-arbítrio se com ele praticamos o mal. Como veremos, a possibilidade de escolher é um bem dado por Deus que permite a qualificação moral do ato, dessa forma, o homem deve possuir o livre-arbítrio para que possa ser justo ou injusto. Por fim, concluímos mostrando que as origens do mal estão na defecção da vontade que se afasta de Deus.

Palavras-chave: Agostinho. Mal. Livre-arbítrio. Deus.

Résumé : Nous analysons ici le problème du mal chez Augustin, en utilisant comme références principales les œuvres *Le Libre Arbitre* et *Les Confessions*. L'évêque d'Hippone a réfléchi sur la possibilité de concilier le pilier chrétien de la bonté infinie de Dieu avec l'existence du mal dans le réel. Nous avons séparé dans cet article deux phases de cette réflexion. La première vise à résoudre le problème du mal comme existant dans l'univers physique. Elle développe une ontologie qui culmine dans l'impossibilité de l'existence du mal en tant que substance: le mal est une privation du bien. Puisque le mal n'est pas une substance, mais bien il s'agit d'une privation du bien, il n'y a pas du mal naturel: le mal véritable est le résultat de l'action humaine. Dans la deuxième phase, le débat se dirige vers le sujet et le libre arbitre, en d'autres termes, le domaine de la morale. Il faut expliquer pourquoi Dieu nous a donné le libre arbitre alors que nous faisons du mal. Comme nous le verrons, la capacité de choisir est un Bien donné par Dieu qui permet à l'action morale, ainsi, l'homme doit avoir le libre arbitre afin qu'il puisse être juste ou injuste. On conclut en montrant que les origines du mal se trouvent dans la défection de la volonté qui se détourne de Dieu.

Mots-clés : Augustin. Mal. Libre arbitre. Dieu.

Introdução

Pensaremos a problemática do mal em Agostinho usando como principais referências as obras *O Livre Arbítrio* (partes 1-6 e 47-54) e *As Confissões* (livro 7, capítulos 3-16). Para tanto faz-se necessário, de início, posicionar o problema que o Santo tentava resolver. Agostinho se debatia sobre a seguinte questão: Deus é Bom, todas as coisas são boas, porém o mal existe. É com esse paradoxo que inicia sua odisseia *filosófica-teológica* em busca das origens do Mal. No intuito de demonstrar a solução dessa dificuldade, apresentaremos duas fases distintas do filósofo. A primeira, voltada para *uma concepção materialista do mal e centrada em Deus*, procura entender “onde está o mal?”. A segunda, deixa de buscar um princípio substancial do mal no mundo e volta-se para interioridade do homem. O verdadeiro mal seria, portanto, a deficiência da vontade ou livre-arbítrio que desvirtua a ordem divina. Serão essas duas partes que desenvolveremos a seguir.

De início, veremos que, para responder a questão “onde está o mal?” Agostinho desenvolve uma ontologia em que Deus é a única essência e todas as coisas são substâncias boas, logo o mal não possui existência por si como matéria. Como indicaremos, Deus é e faz as outras coisas serem; Ele é o único ser que existe por si, todas as outras coisas são por Ele sustentadas. As ideias a partir das quais Deus criou o mundo são os seus pensamentos e a criação realizada *ex nihilo* é sustida pelo divino criador; por essa razão a matéria com a qual as coisas são feitas é boa. Ao mesmo tempo, em todas as coisas Deus colocou medida, ordem e número, tríade que faz com que a coisa tenha perfeição, beleza e bondade. Assim, tudo o que existe é feito, também, com formas boas, constituindo uma relação ontológica entre ser e bem.

Portanto, como concluiremos, o mal não existe dentre os objetos naturais, não é substância, nem tem existência ontológica. Isso revela a mudança significativa no pensamento da época realizado por Agostinho, já que em sua teoria o mal não é necessário para a perfeição do Todo. O mal não faz parte do ser, é destruição do ser.

Visto isso, poderemos explicar a segunda parte deste artigo, fase em que, partindo do princípio da inexistência do mal na natureza, o Bispo de Hipona volta-se para investigações sobre o sujeito, donde conclui que o mal verdadeiro é o erro humano realizado pela vontade má.

Análise Metafísica-Ontológica do Problema Do Mal

Nas *Confissões*, o filósofo se debate sobre o problema da existência do mal que entra em conflito com dois princípios de sua crença: Deus é infinitamente bom e fez todas as coisas boas; como é possível que o mal exista?

Tentando ver a origem do Mal, Agostinho traz uma imagem interessante sobre o mundo. Ele concebeu os corpos e os espíritos como uma única massa limitada atravessada por Deus ilimitado:

Fiz da Vossa criação uma única e imensa massa, diferenciada em diversas espécies de corpos: uns, corpos verdadeiros; outros, espíritos que eu imaginava sob a figura de corpos [...] A Vós, Senhor, infinito em todas as direções, imagei-Vos a rodeá-la e penetrá-la de todas as partes, como se fôsseis um único mar em toda a parte e de todos os lados infinito [...] ¹.

Mas, nessa visão, não se fazia possível enxergar onde estaria o mal. Prosseguindo suas ponderações sobre a questão, o filósofo analisou várias hipóteses, dentre as quais destacamos três: é Deus mal? Deus fez o mundo com matéria má? Deus é criador do mal?

A primeira questão “é Deus a fonte do mal ou está nele a corrupção?” remete a sua crítica ao maniqueísmo. Essa doutrina foi fundada por Mani no Séc. III e tem por postulado a divisão radical entre bem e mal como os fundamentos ontológicos do universo. Para os maniqueus, existem dois princípios divinos opostos que formam o real com todas suas substâncias: o Bem e o Mal. Agostinho aderiu a essa religião herética em sua juventude, fase que durou cerca de dez anos de sua vida. Posteriormente, teve novo contato com a bíblia e o cristianismo, bem como iniciou as leituras do neoplatonismo, o que culminou em sua conversão e instrumentalização do pensamento neoplatônico para justificar e explicar elementos da fé cristã.

Para o cristianismo, só existe um princípio no universo: Deus, absolutamente bom, que fez todas as coisas boas. Ele é o *Sumo Bem*, uno, perfeito, imaterial, eterno;

¹AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 10. ed. Tradução: J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 144-145.

não está limitado ao tempo e ao espaço. O ser divino não poderia ser a fonte do mal, já que é o próprio *Sumo Bem*. Logo, é incorruptível e sua vontade é infinitamente boa. A infinda bondade de Deus é um dos pilares inquestionáveis da fé cristã, por isso, o Bispo de Hipona rejeitou as hipóteses de que o Criador seria a fonte do mal². É preciso refletir, portanto, se “Deus fez o mundo com matéria má” ou “é o autor do Mal”. Vejamos estas duas questões.

Deus não é a fonte do mal como um princípio ontológico, porém pode ter produzido o mundo com uma matéria corruptível. Assim, precisamos pensar a segunda possibilidade, a saber: se a causa do mal “[...] seria pelo fato de Deus fazer tudo isto com matéria em que existia algo de mau, e ao dar-lhe a forma e ao ordená-la, ter deixado nela alguma coisa que não transformasse em bem”³. Para Agostinho, a resposta a esse questionamento é negativa, pois a criação do mundo foi realizada *ex nihilo*.

Deus não gerou as coisas, nem fabricou o mundo: Ele criou. A *geração* de algo deriva da substância de quem cria; a *fabricação* de algo se dá a partir da matéria já existente; e a *criação* das coisas ocorre a partir do nada. Por exemplo, o pai gera o filho; o sapateiro fabrica o sapato; e Deus criou o mundo e todas as coisas que nele existem. Como explica Agostinho, Ele não seria todo-poderoso se necessitasse de uma matéria pré-existente para fabricar as coisas. Assim, sua onipotência implica que seja Ele próprio a causa da aniquilação de qualquer substância corruptível para que (ficando sozinho enquanto *Sumo Bem*) concedesse existência à matéria boa com a qual criou todas as

² São princípios básicos da filosofia agostiniana a existência de Deus e a sua bondade – verdades incontestáveis pela fé. Porém, é preciso buscar entender pela inteligência aquilo que se crê pela fé. A fé é uma crença naquilo que não se vê, mas se procura. A inteligência é o entendimento e a visão daquilo que se crê. A crença é primária, porém “não se pode considerar como encontrado aquilo em que se acredita sem entender. E ninguém se torna capaz de encontrar a Deus se antes não crer no que há para compreender”. AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. 3. ed. Tradução, introdução e notas: Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995, p. 79. O Santo considera algumas provas racionais da existência de Deus, dentre as quais podemos citar duas. Pela perfeição existente no mundo, por sua beleza e ordenação, é necessário que um artífice o tenha criado – este seria Deus. Pela existência da multiplicidade de coisas boas que podemos numerar, é preciso que Deus exista; podemos identificar coisas boas e separá-las para contemplar o bem porque temos uma noção interna do que é bom, existindo em nós o próprio bem. Deus colocou o bem em todas as coisas e a noção interna que temos do que é o bem porque é Ele mesmo o próprio Bem.

³AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. 10. ed. Tradução: J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 145.

coisas a partir de seus pensamentos. Deus criou a matéria boa a partir do nada e deu a ela a Forma de acordo com seus pensamentos – sendo o pensamento divino inteira perfeição e bondade, assim como sua vontade⁴.

A vontade divina criou todas as coisas *ex nihilo* num só instante, embora possamos dividi-lo em três momentos, vez que a matéria primordial já continha potencialmente a forma inclusa (por exemplo, à matéria amorfa Deus chamou céu e terra porque já continha a potencialidade de ser céu e terra). No primeiro momento criou o *modus* ou o substrato com o qual faria as criaturas – Deus, no plano inteligível, criou a massa informe e, assim, o mundo sensível. No segundo momento, deu forma à matéria amorfa, fazendo surgir a multiplicidade dos seres como os anjos e o homem. No terceiro momento, inseriu nos seres *as razões seminais* com a potencialidade de evolução e geração, para que os seres evoluíssem de acordo com o que sua mente divina previamente havia estabelecido.

Desse modo, Deus criou todas as coisas boas *ex nihilo* a partir das Formas em seus pensamentos; a matéria primordial é sua criação e nela estão inseridas as potencialidades para que os seres se desenvolvam ao longo dos séculos de acordo com suas Ideias. Ele é o *Sumo Bem*, essência imutável, que cria e sustém todas as substâncias boas. Elas existem enquanto provém de Deus e não subsistem por si. “Ele, porém, permanecendo em si, renova todas as coisas”⁵. Destarte, a matéria com a qual Deus criou o mundo não é a origem da corrupção.

Contudo, precisamos ainda responder a terceira pergunta. O Mal tem uma causa e Deus é a causa de todas as coisas, logo, Deus seria a causa do Mal?

Como vimos, a ordem do real foi estabelecida por Deus, suas *Ideias* são o modelo a partir do qual todas as coisas foram criadas e o plano inteligível, o lugar das

⁴ É possível realizar um paralelo com o pensamento platônico. Para Platão, as Ideias são os arquétipos eternos e imutáveis do mundo fenomênico que existem no mundo inteligível e são iluminadas pelo Bem. O Bem doa inteligibilidade às Ideias e, portanto, é a causa primordial e final de todos os existentes, porém, está para além das essências e não pode ser conhecido. Foi o Demiurgo que moldou o mundo com matéria já existente a partir das Ideias; assim, apenas transformou a matéria com base nas Formas, ambas já existiam. Em Agostinho, Deus é o Sumo Bem, as Formas ou modelos das criaturas são seus pensamentos e a matéria com a qual o mundo foi feito foi criada *ex nihilo*.

⁵*Ibid.* p. 154.

Formas, é o seu pensamento. Faz-se necessário indicar nesse momento que a matéria primordial era capaz de receber a forma composta pela tríade ordem, número, medida e, por essa razão, era boa: “[...] Em toda parte onde se encontrarem esses três elementos existe a perfeição plenamente realizada”⁶. Todas as coisas são perfeitas porque são moldadas a partir das Ideias divinas com a tríade ordenadora (a qual permite, por exemplo, a música, a beleza, a harmonia, a matemática).

Essa concepção agostiniana modifica a compreensão do mal realizada até então por grande parte da filosofia. O mal era entendido como elemento necessário ao todo para que existisse harmonia no mundo – por exemplo, assim como existe a luz, deverá existir escuridão proporcionando equilíbrio no real. Para o Bispo de Hipona, o mal não é necessário para que se forme a beleza ou a perfeição do conjunto. A harmonia e o equilíbrio são possíveis porque a *Razão Ordenadora* deu forma ao mundo a partir das Ideias e colocou em todas as coisas a tríade: medida, número e ordem. É isso que dá a beleza e perfeição no mundo.

É certo que existem elementos que observamos – com a nossa capacidade intelectual que é limitada e inferior à divina – e nos parecem maus.⁷ Entretanto, isso não se caracteriza como uma objeção válida às afirmações agostinianas, pois esses elementos são maus apenas se apreendidos isoladamente, vez que se harmonizam com o conjunto formando algo bom. Todas as substâncias existentes são um bem desde que pensadas em seu conjunto. Por exemplo, para Agostinho, um animal peçonhento como o escorpião só causa dano quando é colocado em condições contrárias as que deveria estar submetido de acordo com sua natureza. Fora de seu lugar natural, o aracnídeo ferirá um ser humano que tente tocá-lo, mas em seu *habitat* a peçonha é necessária para que o animal sobreviva, se defenda, se alimente, etc. Assim, visto em seu conjunto, todas as obras divinas são boas.

Deus é a *Razão Ordenadora* – criador do mundo organizado com a tríade: medida, ordem e número – que fez todas as coisas boas em seu conjunto. Entretanto,

⁶AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. 3. ed. Tradução, introdução e notas: Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995, p. 143.

⁷AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. 10. ed. Tradução: J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 145.

todas as coisas existentes são corruptíveis, e possuem a possibilidade de serem corrompidas. Para Agostinho, a corrupção retira da coisa um bem que ela tinha, destruindo-a; o que só ocorre porque as coisas criadas por Deus são boas, mas não absolutamente boas.

Se as criações “fossem privadas de todo bem, deixariam inteiramente de existir” e se, de outro modo, fossem absolutamente boas, como Deus que é o *Sumo Bem*, não seriam corruptíveis. Portanto, a completa inexistência de bem implica a inexistência do ser, certo grau de bem implica sua corruptibilidade e o *Sumo Bem* é Deus incorruptível. Assim, o que existe é uma gradação de bens hierarquizadas pela *Ordem Divina* que podem ser corrompidas. Isso implica que o Mal não seja uma substância, “[...] pois se fosse uma substância seria um bem”. De outro modo, é a destruição da substância⁸. Assim, observamos que Deus não é a causa do mal, pois o mesmo não é um componente no mundo.

Dessa forma, na metafísica agostiniana, não é Deus a fonte do Mal, já que ele é incorruptível, a matéria não é má porque Deus a criou *ex nihilo* em sua infinita bondade e todas as coisas que existem são boas. Assim, o Mal não é uma substância, mas ele existe. Então, o que é?

O que é o mal?

Só existem substâncias boas porque só pode ser corrompido pelo mal aquilo que é um bem. Se a coisa for totalmente corrompida, recairá no nada e deixará de existir. Assim, para Agostinho, Ser e Bem estão ligados ontologicamente; é condição de existência de um ser que ele seja um bem.

[...] só o ser existe, e o ser é necessariamente bom, pois a corrupção não pode acontecer senão no que existe ou no bem; segundo, porque se há alguma coisa de má nos seres criados, isso não aparece como uma característica intrínseca do ser ou não faz parte da essência do ser, mas, antes, como um contrário ao ser, como uma ausência do que deveria ser, ou pelo que ele não é, ou como uma tendência ao nada⁹.

⁸*Ibid.* p. 145.

⁹COSTA, M. R. N. **O problema do mal na polêmica antimaniquêia de Santo Agostinho**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Recife: UNICAP, 2002, p. 274.

O mal é privação do Bem, corrupção, perversão da ordem, dissolução do ser e tendência ao nada, não existe como substância; é *ausência de ser*. O mal é privação da bondade e perfeição, é a ausência da tríade ordem, número e medida que o *Sumo Bem* estabeleceu em todas as coisas ao criar o mundo. O afastamento do Bem priva a participação do ser na perfeição divina, o que o corrompe, dissolvendo-o até sua completa destruição.

Deus é o *Sumo Bem*, absolutamente bom e incorruptível, que sustenta todas as coisas e todas as coisas dele participam; é essa comunhão com Deus que torna as coisas boas. Todo Mal provém do distanciamento do divino, da separação do ser com Deus, já que o afastamento de Deus perverte a verdadeira natureza da coisa que é ser um bem participativo no *Sumo Bem*.

Nesse ponto, acompanhando as reflexões agostinianas, saímos de uma busca materialista do mal como substância e nos voltamos para o âmbito psicológico e espiritual centrado no homem, dado que, para afastar-se do Bem, é preciso que um ser consciente escolha sair dos desígnios preestabelecidos por Deus. Assim, não existe mal natural, ele é uma perversão da vontade.

Dessa forma, nesse segundo momento, o qual analisaremos a partir de agora, Agostinho conclui que “o mal é concebido como privação, carência ou distanciamento do bem, só que com uma conotação ético-moral religiosa de culpa – o pecado”¹⁰. No homem, o mal moral encontra-se na corrupção da vontade que se desvia da substância suprema¹¹. Mas o que é a vontade? De onde vem o impulso que a corrompe? Por que Deus dotou o homem da capacidade de fazer o Mal?

O livre-arbítrio como um bem

Explicamos até aqui a primeira fase ontológico-metafísica em que Agostinho procurava descobrir onde estava o mal. Como vimos, em suas análises o filósofo

¹⁰*Ibid.* p. 306.

¹¹Cf. AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. 10. ed. Tradução: de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 158.

concluiu que o mal não existe como substância, é a privação do bem. Agora, nessa segunda fase, o Bispo de Hipona sairá dos exames sobre a natureza do mundo e se voltará para a interioridade do homem. Se o mal não existe em meio à natureza, para que surja é preciso que alguém o realize, donde completa, é o homem quem comete o pecado por meio do livre-arbítrio. Com isso, Agostinho passa a debater-se sobre outro problema: por que Deus nos deu a possibilidade de realizar o mal?

A vontade foi dada para que o homem possa ser qualificado moralmente, já que o livre-arbítrio lhe possibilita praticar o bem ou o mal. Caso realize um bem, ganharia a honra de acordo com o mérito de seu ato, da mesma forma, caso se desvirtue do propósito inicial do livre-arbítrio, receberia o castigo – Deus castiga ou dá felicidade aos homens de acordo com seus atos.

[...] para que a justiça divina possa recair sobre o homem com retidão ou o prêmio e o castigo sejam aplicados justamente, é necessário que o homem seja livre. Ou seja, ali se vê que justiça divina e livre-arbítrio são dois termos que se justificam mutuamente: Deus só age justamente, se o pecado for voluntário [...] ¹².

Assim, para Agostinho, o livre-arbítrio incumbe o homem do encargo moral de seus atos, permitindo o julgamento divino. É a liberdade individual que possibilita a ação ética, a valoração moral e a responsabilidade pelo ato, cujos critérios de valoração são dados pelas diretrizes divinas.

Mas, surge aqui uma objeção a ser analisada pelo Bispo de Hipona: se usamos a vontade para o Mal, como mostrar que o livre-arbítrio pode ser considerado um Bem? Em diálogo com Agostinho, mesmo depois da explicação da necessidade do livre-arbítrio para que o homem pudesse ser justo e adquirir responsabilidade moral pelo ato, Evódio pergunta se:

[...] não seria melhor que o livre-arbítrio fosse dado ao homem para levá-lo unicamente ao bem, assim como foi dada a justiça, da qual ninguém pode se servir a não ser com retidão; ou, então, não seria melhor que Deus não no-lo

¹²COSTA, M. R. N. **O problema do mal na polêmica de Santo Agostinho**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Recife: UNICAP, 2002, p. 342.

tivesse dado, mas que o homem fosse deterministicamente programado a fazer só o bem¹³?

Agostinho responde essa questão explicando que o livre-arbítrio encontra-se como um bem intermediário, já que pode ser corrompido, mas ainda assim é um bem necessário ao homem. Para demonstrar e sustentar sua ideia, argumenta que as coisas corpóreas são inferiores às coisas espirituais. O corpo, substância material, possui funções e possibilidades que podem ser direcionadas para o mal ou para o bem; a mesma mão que rouba pode realizar certo trabalho manual. Assim, o corpo e suas partes são um bem, porém podem ser desvirtuados para o erro. O mesmo procede com o livre-arbítrio, mas com uma diferença, o homem pode viver sem um determinado atributo corporal e ainda assim proceder justamente, agir de forma correta – um cego, por exemplo, foi privado da vista, mas pode ser honesto – porém, sem o livre-arbítrio não se pode qualificar a ação como moral ou imoral, justa ou injusta, etc.

Portanto, assim como o corpo pode ser usado para o bem ou para o mal, mas é um bem necessário ao homem, o livre-arbítrio é um atributo benigno da alma imprescindível, pois, embora possa ser desvirtuado, permite para a qualificação moral do ato como o mérito ou a culpabilidade, nos dotando de responsabilidade pelas ações.

O livre-arbítrio é um bem médio entre as substâncias corporais que são bens mínimos e as virtudes da alma que são bens superiores. As virtudes da alma – a justiça, a prudência, a fortaleza e a temperança – são inatas e não podem ser desvirtuadas, por isso são um bem superior, enquanto o corpo – corruptível, instintivo, concupiscível – é um bem mínimo.

Falta-nos apenas um elemento chave para encerrar a análise apresentada neste artigo, a saber, entender como a vontade humana se desvirtua e busca o mal. Já mostramos que todas as coisas são boas e o livre-arbítrio é um bem, assim, como pode o homem fazer o mal? Veremos que a vontade má escolhe bens inferiores e transitórios, utilizando, desse modo, os bens de maneira errada.

¹³*Ibid.* p. 312.

A vontade má ou o mal moral

Se as coisas são boas e o livre-arbítrio é um bem, revela-se paradoxal entender como o homem pode escolher praticar o mal.

Esclarecendo a questão, Agostinho explica que todas as coisas criadas são ordenadas e hierarquizadas pelo *Sumo Bem*. A pedra existe e o animal vive, ambos estão programados para permanecerem ordenadamente, enquanto o homem pensa, tem paixões e é capaz de agir voluntariamente, possuindo a possibilidade de escolher manter-se ou não retamente.

A mente em Agostinho não é puramente racional, já que contém também a vontade, as paixões, etc., que revelam a individualidade e a singularidade do sujeito. A razão conhece e delibera, mas é a vontade que escolhe. Essa última não resulta da inteligência, não pode ser considerada nem racional, nem irracional, podendo ou não obedecer a razão. Assim, o homem com sua razão é capaz de conhecer a ordem do real, as verdades eternas e imutáveis e, com sua vontade, escolher voluntariamente permanecer na ordem ou não.

Conhecedor da "justa ordem", segundo a qual Deus põe todas as coisas, iguais e desiguais, no lugar que lhes corresponde, o homem sabe qual o devido valor a ser dado a cada uma das coisas, ou seja, sabe que "agir com justiça não é senão a virtude que manda dar a cada um o que é seu"¹⁴.

Porém, ainda que conheça a justa-ordem, o homem pode escolher, por uma vontade má, portar-se de maneira inferior à forma com que deveria ter agido por uma renúncia voluntária à ordem. Quando a escolha se desloca da ordenação divina preestabelecida, afasta-se da tríade perfeição criada por Deus e se corrompe, degradando-se no mal que, portanto, "[...] consiste na aversão da vontade ao Bem imutável para se converter aos bens transitórios"¹⁵.

¹⁴COSTA, M. R. N. **O problema do mal na polêmica antimaniquêia de Santo Agostinho**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Recife: UNICAP, 2002, p. 290.

¹⁵AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. 3. ed. Tradução, introdução e notas: Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995, p. 141-142.

Para Agostinho, a vontade deve buscar o *Sumo Bem* e a perfeição, assim sendo, ao voltar-se para os bens pequenos, rebaixa-se causando a desordem e o erro. A vontade má gera a desarmonia e o mal por buscar coisas rebaixadas ou bens mínimos. Vê-se que a ação má resulta da vontade viciosa que se volta para um bem inferior, ao invés de dirigir-se ao *Bem Supremo* que é Deus.

Mas de onde vem o impulso para o mal? Por que o homem comete erros? A resposta de Agostinho é simples: “A tal questão eu te contristaria, talvez, se te respondesse que não o sei. Contudo, não diria senão a verdade. Pois não se pode conhecer o que simplesmente é nada”¹⁶. Não é possível encontrar uma causa eficiente da vontade má, sua causa é ela mesma. Assim, a origem do mal é a vontade deturpada, a qual não contém uma causa exterior, nem interior. A própria defecção na vontade faz o homem buscar bens transitórios e, dessa forma, agir de maneira má. A esse respeito Costa nos explica que:

[...] o livre-arbítrio é a única causa do pecado, e não existe uma causa da causa. Não existe uma força determinística extramundana (seja o destino ou fatalismo natural, ou a presciência divina) nem uma força mundana exterior a si mesmo (os condicionamentos sociopolíticos, por exemplo) que impulsionem o livre-arbítrio a cometer o mal. A vontade é livre, antes de tudo, em relação consigo mesma¹⁷.

Por fim, indicamos que o livre-arbítrio é a possibilidade de seguir os instintos ou mancha do pecado original e, dessa forma, realizar o mal ou escolher agir retamente de acordo com a ordenação divina¹⁸. O arbítrio é verdadeiramente livre quando escolhe atuar de acordo com a ordem. Quanto melhor for o uso do livre-arbítrio e boníssima a

¹⁶*Ibid.* p. 142.

¹⁷*Ibid.* p. 339.

¹⁸ Agostinho afirma que o homem carrega a mancha do pecado original com o qual perdeu a inocência e decaiu em um estado em que pode ser julgado e condenado. Do pecado original resulta o mal físico como as doenças, a morte, a dor física e o envelhecimento, pois corrompe o corpo e o faz perder sua integridade. Provém ainda do pecado original a concupiscência, o voltar-se para o material e para as coisas inferiores, assim como a cisão entre os instintos do corpo e as vontades da alma. Para Agostinho não é contraditório possuímos o livre-arbítrio e carregarmos a mancha do pecado original, pois não existe completo determinismo; o homem perdeu a liberdade plena (livre de quaisquer inclinações) com o pecado original, mas manteve o livre-arbítrio como possibilidade de fazer o Bem. Depois do pecado original de Adão, a liberdade foi enfraquecida, porém o livre-arbítrio se manteve. Assim, existe uma inclinação do corpo para bens inferiores por causa da mancha do pecado original. Por isso, o homem precisa da graça divina para erguer-se e realizar o bem.

vontade, mais o homem será livre. O grau supremo de liberdade é a impossibilidade de fazer o mal do qual apenas Deus participa.

Conclusão

Deus criou todas as coisas infinitamente boas e hierarquizou o mundo em uma gradação de bens. O mal não existe como substância, não faz parte da natureza, de outro modo, é a privação do Bem, é a imperfeição do ser que se distancia voluntariamente de Deus. Dessa forma, o mal verdadeiro é ocasionado pelo homem que se afasta do *Sumo Bem* e da ordem preestabelecida nas coisas, incorrendo em erros.

Mas a possibilidade em si de errar não é um mal. O livre-arbítrio é um bem médio, entre o corpo e as virtudes da alma. É inferior à virtude incorruptível porque a escolha pode ser boa ou má, ao mesmo tempo, é superior ao corpo porque permite a qualificação moral da ação. O livre-arbítrio é o bem que nos torna responsáveis e permite a justiça divina, através dele receberemos o mérito ou a culpa por nossos atos.

Deus concedeu a possibilidade de escolha para que o homem realizasse o bem. O *Sumo Bem* norteia o homem que agirá corretamente ao proceder conforme as virtudes e as leis divinas imutáveis. Em decorrência, estar de acordo com o *Sumo Bem*, realizar a vontade divina, é o caminho para perfeição moral. O homem deve seguir as diretrizes divinas que ordenou cada coisa em seu lugar, formando o bem em seu conjunto, “[...] quando a vontade adere ao Sumo Bem, então o homem possui a vida feliz”¹⁹.

Assim, nós podemos escolher entre: permanecer na ordem estabelecida por Deus ou cometer o pecado, desestabilizando o equilíbrio de bens ordenados. As origens do mal são, portanto, humanas. “É o homem quem, por uma defecção na vontade, escolhe bens transitórios, realizando o mal”²⁰.

¹⁹AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. 3. ed. Tradução, introdução e notas de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995, p.140

²⁰COSTA, M. R. N. **O problema do mal na polêmica antimaniquêia de Santo Agostinho**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Recife: UNICAP, 2002, p. 303.

Referências

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. 10. ed. Tradução: J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **O livre-arbítrio**. 3. ed. Tradução, introdução e notas: Nair de Assis Oliveira São Paulo: Paulus, 1995.

CUNHA, M. O. **O movimento da alma**: a invenção por Agostinho do conceito de vontade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

COSTA, M. R. N. **O problema do Mal na polêmica antimaniquéia de Santo Agostinho**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Recife: /UNICAP, 2002.

PLATÃO. **A República**. 9. ed. Tradução: Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

SILVA, S. B. Filosofia e religião em Agostinho: a propósito do confronto entre cristianismo e platonismo no “De Vera Religione”. **Redes - Revista Capixaba de Filosofia e Teologia**, v. 6, p. 115-124, 2008.

Doutoranda em Filosofia pela UNIFESP

E-mail: siloe_cristina@hotmail.com